

XII Abrapcorp

COMUNICAÇÃO | **DIVERSIDADES** | ORGANIZAÇÕES

ANAIS 2018

Volume 1 – Grupos de Pesquisa

Faculdade de Informação e Comunicação
Universidade Federal de Goiás
Goiânia – GO



O QUE ACONTECE COM OS CURSOS DE RELAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL? MOTIVOS DA DIMINUIÇÃO DO OFERECIMENTO DOS CURSOS PELAS IES

Maria Aparecida Ferrari¹

Juliane Martins²

Resumo

Durante os 50 anos de existência dos cursos superiores de Relações Públicas no Brasil, a formação profissional tem sido oferecida por IES públicas e privadas. Em 2009 eram 112 cursos e, em apenas cinco anos, o número baixou para 75, representando diminuição de quase um terço da oferta (INEP, 2014). Diante da drástica diminuição dos cursos foi realizada sondagem com coordenadores de cursos extintos ou temporariamente inativos. Ferrari (2015, 2017a) e Grohs (2017) detectaram, a partir de estudos realizados a partir de 2014, que os cursos de Relações Públicas não têm conseguido atrair candidatos. Foram realizadas entrevistas com oito coordenadores dos mencionados cursos com o objetivo de conhecer as causas e os problemas enfrentados. O resultado aponta causas relacionadas com a falta de legitimidade da profissão e do desconhecimento das pessoas sobre o que é a função do relações-públicas.

Palavras-chave: Relações Públicas; Cursos Superiores; Legitimidade; Cursos Extintos; Conselho Federal.

Introdução

A expansão do ensino superior no Brasil nas últimas décadas pode ser analisada por vários aspectos, de um lado a ampliação do número das Instituições de Ensino Superior (IES) democratizou o acesso da população, porém esse mesmo processo teve também efeitos perversos, fruto da predominância de IES privadas que se valeram da influência direta de demandas mercadológicas de um setor social, e passaram a valorizar seu capital com a venda de serviços educacionais (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015). A partir dos anos 1980, muitas mudanças ocorreram no mundo e no Brasil como resultado do fenômeno

¹ Livre-docente, Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação, pela Universidade de São Paulo. Professora dos Programas de Pós-Graduação e Graduação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. E-mail: maferrar@usp.br

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Professora do Curso Superior de Tecnologia em Comunicação Institucional da Universidade Federal do Paraná. E-mail: julianemartins@usp.br

da globalização e do avanço da tecnologia que mudaram o *modus vivendi* dos cidadãos; as organizações passaram a preocupar-se mais com os clientes, o consumo massivo aumentou e os cidadãos passaram a ser mais exigentes ao cobrar transparência, tanto das empresas como do poder público.

O presente estudo está centrado em que a prática profissional é decorrente dos conhecimentos adquiridos e das experiências vividas pelos estudantes durante o curso superior de Relações Públicas. É comum escutar de executivos de comunicação que existe um descompasso entre as demandas do mercado e a formação oferecida pelas instituições de ensino superior (FERRARI, 2017a). Para muitos deles os cursos são antiquados e deixam a desejar, uma vez que ensinam técnicas e não capacitam os estudantes a lidar com pessoas e resolver problemas; além disso, eles não têm uma visão global de negócios. Pesquisa realizada por Ferrari (2015) com mais de 380 egressos do curso de Relações Públicas da Escola de Comunicações e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP), durante o período compreendido entre 1996 e 2014, apontou que boa parte dos respondentes não via as Relações Públicas como legitimadas pela sociedade e também pelo Sistema Conferp³, o que leva à falta de representatividade junto ao empresariado.

Em seguida, ao completar 50 anos da criação do primeiro curso superior de Relações Públicas no Brasil em 2016, ao se verificar que até a referida data nenhuma pesquisa brasileira havia sido elaborada com a finalidade de entender a trajetória do curso nas suas cinco décadas de existência no país, foi realizado um estudo nacional conhecido por “*Perfil dos cursos de Relações Públicas no Brasil: uma visão dos coordenadores e dos docentes sobre o processo ensino-aprendizagem*”, coordenado por Ferrari (2017a), para identificar o estado da arte do ensino das Relações Públicas mediante o mapeamento de todos os cursos de Relações Públicas no país. Em seguida foram identificados o perfil e as práticas dos coordenadores e dos docentes dos referidos cursos. Os resultados da pesquisa, que teve acesso a 80% dos coordenadores e 255 docentes de disciplinas específicas de Relações Públicas mostraram que: a) as universidades privadas formam o maior grupo de IES que oferecem o curso; b) que a maioria está em processo de implantação das novas Diretrizes Curriculares; c) que existe uma dissonância clara entre as metodologias de aprendizagem aplicadas e o novo perfil dos alunos; e d) que houve uma diminuição crucial de cursos de Relações Públicas oferecidos no Brasil na última década, entre 2009 e 2017.

³ Conselho federal e conselhos regionais de profissionais de Relações Públicas.

Diante dos resultados obtidos, em outubro de 2016 foi estruturado o projeto de pesquisa denominado *“Didática nos cursos de Relações Públicas: desafios e perspectivas do ensino universitário”*, com o objetivo principal de identificar as dificuldades didáticas enfrentadas pelos coordenadores e docentes dos cursos de graduação em Relações Públicas no Brasil (FERRARI; GROHS, 2016). Além disso, também buscava compreender o cenário educacional dos cursos diante da implementação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, instituídas no ano de 2013. O referido projeto⁴ foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e tem uma importante contribuição para a reflexão sobre o futuro dos cursos de Relações Públicas no Brasil e, como consequência, a formação dos egressos para o mercado de trabalho. Porém, ao iniciar o projeto foi constatado que dos 73 cursos em funcionamento, oferecidos por 67 IES (INEP, 2017), 19 haviam sido extintos ou não ofereciam turmas de Relações Públicas.

Portanto, o objeto de discussão do presente artigo está centrado em identificar as causas do fechamento de tantos cursos de Relações Públicas em um curto espaço de tempo. Esse artigo está dividido em quatro seções. A primeira apresenta o problema de pesquisa e objetivo – conflito a ser examinado e como será superado. A segunda trata do método de pesquisa, procedimentos, coleta e tratamento dos dados. A terceira seção traz uma análise dos resultados colhidos e prospecção sobre o futuro e, finalmente, apresentam-se as considerações finais.

Fechamento de cursos de Relações Públicas: sondagem com coordenadores

Ao examinarmos o panorama do ensino das Relações Públicas no Brasil verificam-se aspectos relacionados à “mercantilização” do ensino e ao fracasso dos conteúdos e métodos pedagógicos. Schwartzman et al. (2014) consideram que, diante dos inúmeros problemas enfrentados pelos países da América Latina, as IES têm muita dificuldade em entender e lidar com o novo cenário repleto de transformações, não tornando realidade a educação como um ativo que deveria ser acessível a todos os cidadãos da região. É exatamente reforçando os comentários de Schwartzman et al. (2014) que este artigo tenta trazer respostas para a diminuição de cursos de Relações Públicas no Brasil.

A primeira atividade do projeto *“Didática nos cursos de Relações Públicas: desafios e perspectivas do ensino universitário”* foi realizar a checagem da listagem de cursos de

⁴ Além das autoras deste trabalho, fazem parte do projeto a Profa. Dra. Ana Cristina Piletti Grohs e as bolsistas de graduação Isabella Arice Gaudencio da Silva e Verena Fredigoto Daroque.

Relações Públicas, uma vez que para cumprir os objetivos da presente pesquisa foram estabelecidas duas intervenções junto aos cursos de Relações Públicas, a primeira com uma amostra de coordenadores de curso e a segunda com docentes que ministram disciplinas específicas de Relações Públicas. Durante o processo de atualização de dados dos cursos de Relações Públicas no Brasil, foi identificado mais um decréscimo no número de cursos ofertados. Da listagem de 2016, contendo 67 instituições que ofereciam o curso no país, constatamos que 19 cursos deixaram de abrir vagas nos processos seletivos e/ou foram extintos, revelando aproximadamente 30% de cursos descontinuados no Brasil. Uma vez detectada a descontinuidade dos 19 cursos de Relações Públicas foi decidido que era relevante identificar as causas. Entre os meses de março e dezembro de 2017 foi realizado o levantamento dos coordenadores e/ou ex-coordenadores dos mencionados cursos e, em seguida, elaborado um roteiro de perguntas para as entrevistas. O Quadro 1 apresenta a distribuição dos cursos extintos e/ou descontinuados por região no Brasil.

QUADRO 1 – Distribuição dos cursos extintos e/ou descontinuados

REGIÃO	CURSOS
Centro-Oeste	1
Nordeste	1
Norte	3
Sudeste	9
Sul	5
TOTAL	19

Após atualização dos contatos com os cursos, foram feitas ligações telefônicas com o intuito de explicar a pesquisa e marcar as entrevistas. Em vista do processo pelo qual passavam os cursos, alguns coordenadores haviam deixado a instituição no momento do contato, também por se tratar de instituições privadas, o acesso a informações sobre coordenadores e/ou ex-coordenadores nem sempre foi permitido. Dos 19 cursos descontinuados e/ou extintos foi possível contatar 13 responsáveis pelo curso de Relações Públicas⁵, dos quais apenas oito aceitaram participar das entrevistas. Nos demais casos, as entrevistas não puderam ser realizadas porque algumas IES proibiram os ex-coordenadores de passarem informações sobre o processo de fechamento.

O roteiro da entrevista considerou três distintas situações dos cursos: a) extintos – cursos que foram fechados e sem turma em andamento; b) em extinção – cursos que foram fechados, mas que ainda têm turmas em fase de finalização; e c) sem abertura de turma –

⁵ Dos cinco contatos em que as entrevistas não se efetivaram, dois coordenadores não participaram por questões institucionais e os outros três se limitaram a explicar que o curso fechou por falta de demanda e não retornaram sobre o pedido de entrevista.

cursos autorizados, mas que não conseguiram formar turmas no ano, podendo reabrir o curso quando tenham demanda de estudantes. As questões do roteiro da entrevista contemplaram os motivos que levaram a alguma dessas situações, como: influência das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, requisitos do mercado de trabalho, questões institucionais, além de impactos profissionais e sociais nesse processo. O Quadro 2 apresenta as entrevistas realizadas por região.

QUADRO 2 – Entrevistas realizadas nos cursos de Relações Públicas do Brasil por região

REGIÃO	CURSOS	CÓDIGO
Nordeste	1	A1
Norte	2	B1
		B2
Sudeste	3	C1
		C2
		C3
Sul	2	D1
		D2
TOTAL	8	

Com relação ao perfil dos coordenadores participantes da pesquisa, cinco eram formados em Relações Públicas, dois em Jornalismo e um em Publicidade e Propaganda⁶.

O Quadro 3 retrata a situação dos cursos, classificados após as entrevistas, conforme os critérios *extinto* (cursos fechados que não têm mais turmas em andamento) e *em extinção* (cursos fechados que ainda têm turmas em andamento).

QUADRO 3 – Situação dos cursos cujos coordenadores foram entrevistados

CÓDIGO	SITUAÇÃO
A1	Extinto
B1	Extinto
B2	Extinto
C1	Em extinção
C2	Extinto
C3	Em extinção
D1	Em extinção
D2	Extinto

Dos cursos em extinção, dois ainda contam com estudantes que irão se formar no I semestre de 2018 e outro no II semestre de 2018. Em relação aos extintos, dois formaram a última turma em 2017, dois em 2015 e um em 2012. Entre esses cursos, destaca-se que

⁶ Ressalta-se que, em alguns casos de cursos em extinção, a atual coordenação foi assumida por outro curso, portanto acumulando essa função.

alguns tinham tradição na oferta de Relações Públicas⁷, sendo um dos cursos pioneiro na área, com data de criação em 1970, e outros dois com mais de 20 anos de existência.

Com relação ao motivo que levou à situação atual, sete entrevistados disseram que a diminuição da procura pelo curso foi decisiva para a tomada de decisão da IES, uma vez que, em geral, as instituições privadas exigem uma quantidade mínima de alunos para a abertura de turma e a posterior manutenção do curso superior, para garantir sustentabilidade financeira, como contou um dos entrevistados (B2).

De qualquer forma, características regionais foram relatadas pelo entrevistado B1, explicitando que dificuldades de locomoção na região contribuíram para a baixa procura dos estudantes. Já os entrevistados A1, C2 e D1 lembraram que essa diminuição afetou diversos cursos, não só o de Relações Públicas, “[...] foi um conjunto de cursos que teve a extinção aprovada. Foi uma política institucional mesmo.” (D1).

Segundo o entrevistado C3, a implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais inviabilizaria a continuidade do curso, então a IES juntamente com a coordenadoria, encontrou que a saída era o fechamento do curso⁸, como explicou o entrevistado: *“a gente tem uma baixa procura, porém como o nosso curso tem um eixo comum entre cursos, [...] várias disciplinas em comum têm uma grade compartilhada. A partir do momento que entra uma legislação dizendo que [...] teria que ter uma porcentagem bem maior específica para o curso de RP [Relações Públicas], inviabiliza dentro do nosso modelo de negócio. Se não fosse por isso, a gente conseguiria dar conta da baixa demanda. Uma coisa é você ter uma sala que tem disciplinas em comum, compartilhadas, agora quando se tem que ter a maior parte, não lembro se 60 ou 70%, de uma grade específica, aí torna-se inviável”.*

Se, num primeiro momento, as novas Diretrizes Curriculares apareceram como uma das causas possíveis para a diminuição do número de cursos, também se mostrou como exceção à regra quando quatro entrevistados não mencionaram as diretrizes como influência na decisão sobre o fechamento do curso. Em outro caso (B2), a IES encerrou o curso de Relações Públicas antes da instituição da resolução⁹, em 2013.

⁷ No caso de C1, inclusive, o entrevistado comentou que a instituição se tornou conhecida fora da sua região por causa do curso de Relações Públicas.

⁸ Como mencionou o entrevistado, a instituição tem outras unidades com o curso de Relações Públicas e tomou decisão nacional sobre sua extinção, em função do impacto que traria a implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais. Na listagem de cursos fechados, localizaram-se três com nome similar, no entanto, só esse retornou os contatos e concordou com a entrevista.

⁹ Por meio de resoluções, novas diretrizes curriculares foram instituídas para os cursos de graduação em Jornalismo e Relações Públicas (MEC, 2013a, 2013b), com determinação de implantação até 2015.

Um entrevistado (D2) relatou que houve a implantação das novas diretrizes ainda antes da decisão de extinguir o curso, pois já se pensava numa reformulação curricular e para isso os egressos do curso foram convidados a participar de conversas, uma vez que a intenção era saber o que tinha sido importante e o que faltou na formação deles, e complementou afirmando que: *“a grade antiga era muito parecida com Publicidade. [...]. Então tinha essa ideia de mudar a grade para tentar conseguir mais alunos, para ficar mais atraente, e aí as novas diretrizes vieram para ajudar nessa reformulação da grade. [Elas] exigem que 50% do curso seja em RP. Então a gente deixou o curso com mais carinho de RP mesmo, mas mesmo assim não teve muito sucesso, [...] todo o semestre era uma briga para que se mantivesse o curso [em função da baixa procura]”*.

O entrevistado C2 relatou que não chegou a implantar as novas diretrizes no curso de Relações Públicas, mas teve essa experiência no curso de Jornalismo na IES, tanto que vê com preocupação as exigências das atuais diretrizes, em especial no caso do Trabalho de Conclusão de Curso, uma vez que passa a exigir uma carga horária maior na disciplina e a obrigatoriedade de uma produção individual, uma vez que grande parte dos estudantes trabalha ou faz estágio, o que impossibilita a dedicação às novas cargas horárias.

Estrutura dos cursos de Relações Públicas

No processo de extinção dos cursos, os entrevistados relataram a decisão junto aos docentes e discentes. No caso dos professores, as IES em geral buscaram absorver os docentes em outros cursos. Dois entrevistados explicaram que foram demitidos aqueles que não puderam ser realocados em função de ministrarem disciplinas muito específicas de Relações Públicas.

As instituições também buscaram honrar o compromisso com seus alunos até a formatura, apesar de não abrirem novas turmas. Ao serem informados sobre a descontinuidade dos cursos, sete entrevistados relataram que os alunos prosseguiram seus estudos no próprio curso, sem pedidos de transferência. O entrevistado C1 comentou que aproximadamente cinco alunos desistiram do curso por desilusão ao serem comunicados sobre o fechamento, mesmo com a garantia de que as turmas em andamento seriam concluídas. De qualquer forma, a decisão impactou no cotidiano dos discentes, como relata D2: *“a última turma está muito desmotivada, está em uma depressão total. É muito difícil de trabalhar com eles, porque são poucos profissionais de RP que estão atuando ali, que dão*

aulas para eles, o que já dá um desânimo; e os que têm são sempre os mesmos. [...] Eles só estão lá para terminar e conseguir o diploma, na verdade”.

Quanto aos espaços físicos destinados a laboratórios e agências do curso de Relações Públicas, a maioria explicou que eram utilizados por diversos cursos, de modo compartilhado, e foram absorvidos pela estrutura das IES. O entrevistado C1 explicou que o diferencial na estrutura deles é a Agência de Relações Públicas, que irá encerrar suas atividades com o fechamento do curso.

Análise do contexto

Ao serem perguntados sobre o porquê da diminuição da procura dos estudantes pelo curso de Relações Públicas, os entrevistados foram unânimes em mencionar a falta de legitimidade da profissão, questão que pode ser corroborada por diversas pesquisas realizadas na área de Relações Públicas (FERRARI, 2006, 2015; FRANÇA, 2003, 2015) que têm destacado a “invisibilidade” da atividade de Relações Públicas. O termo invisibilidade significa desconhecido, ignorado, ser indiferente aos outros, ser definido de maneira equivocada. Tal invisibilidade ocorre tanto por parte dos alunos, egressos, pais e familiares, colegas, mercado de trabalho, como da sociedade em geral.

Ferrari (2017b, p. 102) afirma que essa “invisibilidade” foi justificada durante a pesquisa de estudantes e egressos quando apresentaram suas queixas ou opiniões sobre a atividade profissional de Relações Públicas, a saber: a) não contar com uma definição clara e objetiva sobre a profissão de Relações Públicas; b) falta de clareza sobre a sua função nas organizações e na sociedade; c) desconhecimento dos demais profissionais sobre as diferenças das Relações Públicas com as demais profissões da área da Comunicação, como a Publicidade e o Jornalismo; d) falta de apoio do Sistema Conferp junto aos profissionais, muitas vezes justificado como resultado de um processo de estagnação da entidade, chegando hoje a ter uma participação inexpressiva no cenário nacional; e) falta de divulgação da atividade no Brasil junto ao empresariado e à mídia especializada; e f) confusão criada por alguns acadêmicos pelo uso de denominações como Comunicação Organizacional, Comunicação Estratégica ou Comunicação Empresarial para substituir a nomenclatura Relações Públicas, o que dificulta sua legitimação e diferenciação com outras habilitações da área da Comunicação. Com relação ao item f, acima mencionado, vale ressaltar que, em 2009, durante debate promovido pelo MEC com

especialistas sobre a necessidade de rever as nomenclaturas dos cursos de bacharelado e licenciatura, entre eles o de Relações Públicas, Kunsch (2015, p. 27) afirmou que

[...] ousamos colocar como nomenclatura *Curso de Graduação de Comunicação Organizacional e Relações Públicas*. No entanto, houve uma reação muito negativa por parte do Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas (Conferp), que até mesmo enviou um ofício ao MEC, o qual resolveu manter o nome então vigente.

Para o entrevistado C1, as empresas não sabem o que são as Relações Públicas. Complementando, o entrevistado B2 reforçou que as empresas não se deram conta da importância desse profissional na gestão da comunicação e afirmou que: *“o Brasil tem um problema sério com o profissional de Relações Públicas, de conhecimento da formação desse profissional como um gestor, como um estrategista da comunicação nas instituições. Então o que acontece? As empresas pegam um jornalista”*. Tanto que, em vários depoimentos, menciona-se a questão da preferência pela contratação de um jornalista, que acaba competindo com o relações-públicas no mercado de trabalho, como ressaltaram alguns entrevistados: *“uma coisa que acontece muito é uma competição muito grande com o jornalista”* (B1); *“[...] eu vejo muitas vezes [essa disputa do mercado] entre RP e Jornalismo, existe a boa e velha rixa, desde os meus tempos de faculdade eu via isso e, infelizmente, continua existindo”* (C3).

O entrevistado D1 chegou a relacionar tal questão com a busca pelo curso de Relações Públicas quando reforçou que: *“[...] o próprio movimento no campo jornalístico acho que acabou tencionando ainda mais o mercado de Relações Públicas, [...] foram feitos alguns estudos, nada de maior fôlego, [...] e se observou [...] essa migração dos jornalistas para uma área da comunicação organizacional. [...] é uma percepção, [...] bastante forte né, muitas pessoas acham ainda que é o cara [de Relações Públicas] que organiza festinha. [...] dentro do próprio campo jornalístico existe um pessoal que acha que pode fazer [o mesmo] que o relações-públicas. [...] eu brinco que são os xiitas do Jornalismo, que acham que não precisa mais ninguém na área da Comunicação. Então [...] diminuíram as vagas disponíveis para o pessoal de Relações Públicas e conseqüentemente a procura pelo curso na universidade”*.

Esse ponto de vista também foi compartilhado por B2 quando afirmou que: *“eu avalio que a concorrência maior foi a própria oferta de cursos de Comunicação de outras áreas. Muita gente que queria fazer Relações Públicas, [na verdade] queria fazer Jornalismo, queria fazer Publicidade, então era bom para as faculdades ter cursos de Comunicação. Culturalmente, não se conseguiu absorver o profissional de Relações Públicas no mercado*

da comunicação. As empresas [...] ainda não [se] deram conta da importância desse profissional na gestão da comunicação, desse perfil. Então há uma situação, muito particular, de jornalistas na gestão. [...] isso influenciou muito a perda de interesse das pessoas no curso”.

Esses depoimentos culminaram com a discussão em torno da legitimidade da profissão que, para D2, trata-se ainda da falta de conhecimento da profissão de Relações Públicas quando expressou: *“eu entrei no curso há 20 anos e há 20 anos falavam que é a profissão do futuro e até agora não decolou. Tem esse problema até hoje. O que é a profissão, o mercado de trabalho... [...] A gente tem que parar de pensar que é uma profissão do futuro. Na verdade é profissão do presente. As organizações precisam [dela] e a gente precisa divulgar isso para as pessoas, para que elas façam o curso, para mostrar nosso valor. Eu ainda tenho esperança de que vamos continuar, de voltar a crescer”.*

Apesar dos depoimentos, os entrevistados reforçaram que há espaço no mercado de trabalho para atuação do egresso de Relações Públicas. O entrevistado D1 mencionou que sempre houve um alto índice de empregabilidade. Todos comentaram que o retorno que recebem por grande parte dos egressos é de estarem trabalhando na área de comunicação, ainda que não necessariamente como relações-públicas. Depoimento semelhante trouxe C2, ao colocar que atualmente os profissionais da área estão sendo chamados de analista de comunicação ou em áreas de suporte ao marketing e concluiu que: *“[...] a denominação Relações Públicas está muito mais ligada a empresas do governo ainda, [de modo mais] tradicional”.*

O futuro da profissão

As opiniões dos entrevistados sobre o futuro da profissão são dissonantes. Alguns acreditam na importância da autonomia do relações-públicas em relação aos demais profissionais da área de comunicação, sendo que para isso o Conferp e os Conrerp’s deveriam fomentar a importância da profissão a partir da atuação dos profissionais que estão no mercado e que legitimam a atuação da categoria. Pesquisa de Ferrari (2006) com profissionais de Relações Públicas registrados no Conrerp SP/PR, que conta com o maior número de relações-públicas do país, mostrou que 90% dos respondentes tinha opinião negativa a respeito da entidade, porém 66% deles acreditavam que a profissão deveria continuar sendo regulamentada. Essa dicotomia aponta a falta de conhecimento por parte dos profissionais a respeito de sua entidade reguladora e uma total ausência de

comunicação com seus registrados por parte desta. É curioso que apesar da distância entre as pesquisas, aproximadamente 12 anos, o Sistema Conferp ainda não tenha melhorado seu relacionamento com seus associados.

Por outro lado, alguns relatos apontam para a possibilidade de uma realidade mais convergente, com os cursos de áreas da Comunicação atuando em conjunto, sem distinguir habilitações. Essa visão é contrária à proposta das novas diretrizes aprovadas pelo MEC que incentivam a independência de cada um dos cursos da Comunicação Social. As pesquisadoras acreditam que esse olhar deve ser assunto para novos estudos, uma vez que no mercado de trabalho as competências não se estabelecem mais no reforço dos cursos e/ou habilitações, mas sim nos conhecimentos acumulados que formam o profissional, independente de sua formação acadêmica (FERRARI, 2017a).

Para alguns entrevistados, o papel do conselho da categoria é de suma importância para a profissão. Na questão do fechamento dos cursos, apenas um dos entrevistados (B1) contou que houve o esforço de uma delegada do conselho em conjunto com a instituição para ajudar na divulgação do curso. Nesse caso, D2 fala que essa é uma deficiência do conselho, inclusive na sua região, e afirma que: *“não tem atuação nenhuma”*. Para o entrevistado D1: *“os próprios conselhos regionais de Relações Públicas, de uma maneira geral, não conseguiram trabalhar bem a imagem do relações-públicas, socialmente falando. Porque não se tem uma imagem [...] muito unida, pode preencher ela de qualquer maneira. A ideia das Relações Públicas é negativa mesmo dentro do campo comunicacional. [...] Isso eu vejo como um problema das entidades que não souberam dizer ‘Olha, nós somos isso e nosso papel é esse’. Mesmo que seja um papel em movimento, em função das características do nosso tempo, precisaria ter mostrado mais qual é o lugar e qual é a função e a definição de um profissional de Relações Públicas”*. Para o entrevistado, faltou diálogo com a sociedade, de uma maneira geral, não só dentro da área.

Para A1, apesar do mercado de comunicação estar cada vez mais restrito como consequência da crise econômica e política que vive o Brasil, é necessário que continue ainda existindo o relações-públicas, pois, segundo ele: *“o multiprofissional em um determinado momento [sofre] uma sobrecarga e isso não funciona [no mercado]”*. A afirmação do entrevistado A1 reforça a importância da especialidade na área da Comunicação e, provavelmente, essa posição será adotada dependendo do porte da organização e também do setor em que atua.

Já para o entrevistado C2, o que se entende por Relações Públicas não tem relação com a nova realidade da sociedade. De acordo com B2, o profissional mais interessante hoje é aquele que tem *“[...] a capacidade de se articular com os vários ferramentais que a comunicação tem, que vai envolver o Jornalismo, vai envolver a Publicidade, que vai envolver o marketing, esse seria o profissional. Também é um pouco da própria área de Comunicação”*. O entrevistado C3 acredita na comunicação como um mercado que tem um futuro bem interessante e promissor, reforçando que: *“[...] no que diz respeito a RP, eu acho que no Brasil tem ganhado representatividade, mas quando a gente compara a outros países, ainda é bem restrito né, eu acho que ainda tem muito campo para crescer em RP. Mas eu acho que falta cultura, você acaba vendo mais espaço nas empresas de grande porte. Agora, com as questões digitais, abre-se um mercado para trabalhar com atendimento online, com redes sociais, [...] mas, mais uma vez, acaba sendo um mercado em que [se] disputa com o pessoal de Jornalismo e de Publicidade”*.

De modo geral, percebem-se mudanças no mercado da comunicação, principalmente com o fechamento de diversos veículos tradicionais, caso do Jornalismo, e novas oportunidades na área digital. Tanto que A1 afirmou que: *“uma das saídas agora, não apenas para Jornalismo, mas para Publicidade e Relações Públicas é a questão de buscar a via online. [Além disso], o empreendedorismo, as assessorias, porque em relação a ter a carteira assinada está difícil para todos”*. Essa realidade é relatada também por C1, que conta que entre 15 a 20% dos seus egressos trabalham em empresas, outros acabaram estruturando a própria agência. O entrevistado B1 complementa, a partir do contato que mantém com os ex-alunos, que são muito poucos os que foram trabalhar na área de comunicação de uma empresa ou de um órgão público, em especial pelas particularidades da região em que estava localizado o curso, com poucas organizações com um setor de comunicação. Em vista do panorama contemporâneo na área, D1 propôs a seguinte leitura: *“[...] a tendência é que restem os cursos nas universidades públicas e nas universidades mais tradicionais com área de Comunicação. Eu acho que o fenômeno desses 19 fechamentos que vocês falaram vai nessa direção. As universidades que são, eu não diria periféricas, mas que não têm uma pós-graduação ou um suporte mais para a área de graduação, essas tendem que o curso feche”*.

O que se percebeu a partir de algumas respostas dos entrevistados é que, além dos cursos da área da Comunicação, outros ofertados pelas instituições foram fechados em função da baixa procura, o que também merece investigação futura. O entrevistado A1

explicou que no passado tinha uma demanda muito maior pelos cursos e que, ao longo do tempo, foram diminuindo o número de entradas por semestre, sendo que hoje apenas o de Jornalismo tem duas entradas na IES em que atua, por exemplo.

Considerações finais

O que acontece com os cursos de Relações Públicas no Brasil? É um curso “fora da curva”? Sua permanência está ameaçada? Provavelmente muitos dos leitores deste texto devem ter feito essas perguntas ao chegar às considerações finais; vale dizer que as acadêmicas que coordenam a pesquisa também não têm as respostas para as questões colocadas. Porém, mais do que dar respostas às perguntas formuladas aqui, o relevante é refletir sobre uma profissão que está regulamentada por lei há mais de 50 anos, que conta com uma estrutura jurídica gerida pelo Sistema Conferp e que chegou a contar com mais de 112 cursos no país em 2009. Formou milhares de profissionais que estão cumprindo seu trabalho junto à sociedade de forma exemplar, conta com uma bibliografia nacional considerada uma das maiores, depois da norte-americana, e conta com várias associações que prometem apoiar e fomentar sua prática nas organizações e na academia.

Talvez devêssemos olhar um pouco o que ocorre na Europa e nos Estados Unidos e como a academia e as associações da categoria funcionam, mas, por outro lado, tampouco resolveria os problemas brasileiros, pois o contexto é distinto. Será talvez que a culpa seja das demais habilitações que “ofuscam” as Relações Públicas? Entendemos que uma profissão não se avalia pelo brilho da outra. No fundo é uma associação de fatores que influenciam a definição, os conteúdos e a prática profissional. Um pouco de tudo, para ser mais verdadeiro.

Acreditamos que a falta de legitimidade da profissão, o que levou à “invisibilidade das Relações Públicas” (FERRARI, 2017a), aspecto ressaltado pela pesquisa anteriormente realizada com os coordenadores e os docentes, descreve os principais problemas enfrentados no cotidiano; sendo um ponto importante da sondagem apresentada neste trabalho, que reforça o desconhecimento social sobre o trabalho do relações-públicas. Assim, as próprias organizações acabam escolhendo um profissional considerado de maior prestígio para atuar em setores de comunicação, como o jornalista, mesmo quando suas atividades são específicas dos relações-públicas.

Tal ponto continua perpetuando o equívoco com o papel da comunicação nas instituições, muitas vezes resumido a conseguir divulgação na imprensa, o que hoje se mostra em descompasso com a realidade dos diversos públicos de interesse de uma organização (e dos próprios veículos de comunicação tradicionais). Nesse sentido, para evitar conflitos com as diferentes profissões, registram os profissionais em cargos genéricos como analista de comunicação, ao qual atribuem uma lista de atividades a se desenvolver, o que só demonstra a necessidade do trabalho integrado dos diferentes profissionais ligados à área da Comunicação.

O curioso é que, se por um lado os cursos de Relações Públicas têm sido extintos no Brasil, por outro, a prática profissional continua em alta, sendo exercida por profissionais de outras habilitações do campo da Comunicação, e também de outras áreas de conhecimento. Tal situação deve futuramente ser analisada em profundidade, uma vez que o campo de atuação continua crescendo, inclusive pelas demandas da sociedade contemporânea; porém, na maioria dos casos, os relações-públicas não atuam nos postos-chave das áreas de comunicação nas organizações. Nesse caso, muitos continuam ocupando funções operacionais, muitas vezes sendo geridos por profissionais que não compreendem o papel estratégico da comunicação e acabam delegando atividades que julgam necessárias para a instituição, mas sem a participação dos relações-públicas no processo decisório sobre a relevância dessas ações.

De forma cíclica, os desafios da profissão de Relações Públicas no mercado e na sociedade aparecem nas IES, envolvendo desde a filosofia e o propósito das instituições na gestão dos coordenadores, no trabalho junto aos professores e estudantes e, principalmente, junto à sociedade, que precisa conhecer a profissão de Relações Públicas.

Referências

FERRARI, M. A. **O perfil dos egressos do curso de Relações Públicas da ECA/USP**. Projeto de pesquisa desenvolvido pelo grupo de pesquisa do curso de Relações Públicas. São Paulo, 2015.

_____. Percepção dos profissionais de Relações Públicas sobre o Sistema Conferp: análise da entidade e perspectivas para o futuro da atividade profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília. **Anais...** Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0708-9.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. **Perfil dos cursos de Relações Públicas no Brasil: uma visão dos coordenadores e docentes do processo ensino-aprendizagem**. 2017. Tese (Livre-Docência) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017a.

FERRARI, M. A. Perfil dos egressos do curso de Relações Públicas da ECA/USP: análise da trajetória profissional e das percepções do curso. In: SANTOS, C. M. R.; FERRARI, M. A. (Orgs.). **Aprendizagem ativa: contextos e experiências em comunicação**. Bauru: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2017b.

_____.; PILETTI, A. C. **Didática nos cursos de Relações Públicas: desafios e perspectivas do ensino universitário**. Projeto de Pesquisa, Fapesp/ECA/USP. São Paulo, 2016.

FRANÇA, F. **Públicos**. Como identificá-los em uma nova visão estratégica. 3. ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2015.

FRANÇA, F. Subsídios para o estudo do conceito de relações públicas no Brasil. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, Póscom-Methodista, a. 24, n. 39, p. 127-154, 2003.

GROHS, A. C. P. **Laboratório de relacionamentos estratégicos: nova metodologia educacional para o ensino-aprendizagem das relações públicas**. 2017. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. **Sinopses estatísticas da educação superior – Graduação (1995–2014)**. Brasília: Inep, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 8 out. 2015.

KUNSCH, M. M. K. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação de Relações Públicas: aportes conceituais e práticos para sua implantação. In: ALMEIDA, F. F.; SILVA, R. B.; MELO, M. B. M. (Orgs.). **O ensino de comunicação frente às Diretrizes Curriculares**. São Paulo: Intercom, 2015.

MANCEBO, D.; VALE, A. A.; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, jan./mar. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

MEC. **Resolução n. 1, de 27 de setembro de 2013** – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, 2013a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 16 dez. 2017.

_____. **Resolução n. 2, de 27 de setembro de 2013** – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Relações Públicas. Brasília, 2013b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14243-rces002-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 16 dez. 2017.

SCHWARTZMAN, S. et al. (Orgs.). **Educação superior na América Latina e os desafios do século XXI**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.